



A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO MANGUEZAL CARAVELENSE, BAHIA.

Patricia Sandes dos Santos – Universidade do Estado da Bahia, Campus II, pós-graduanda em Zoologia.
pati_sandes@yahoo.com.br

Liliane Brito de Andrade - Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas – BA.

INTRODUÇÃO

A comunidade ribeirinha de Caravelas reside no ecossistema costeiro de transição, característico de regiões tropicais e subtropicais sujeito ao regime de marés: o Manguezal. É constituído de espécies vegetais adaptados à flutuação e salinidade (SCHAEFFER-NOVELLI, 2002) bem como à fauna oportunista que apresenta um grau de endemismo para algumas espécies com adaptações morfofisiológicas (MOCHEL, 1995). O presente ecossistema se encontra do litoral brasileiro extremo norte (Rio Oiapoque - 04°20'N) até Santa Catarina (Laguna - 28°30'S). Dentro desta composição territorial, está presente uma elevada diversidade biológica que é utilizada como extrativismo pela comunidade que habita em seu entorno. A forte ligação da população com o ambiente, segundo PDRS 1997, explica o surgimento de uma cultura peculiar representada por crenças, tradições, usos e costumes que devem ser preservadas. Pensando em um ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente justo, a gestão ambiental assenta-se na forma de conduzir processos dinâmicos e interativos que se dão entre o sistema natural e social, a partir de um conceito de conservação e desenvolvimento, envolvendo diferentes agentes envolvidos em seus diferentes papéis (IBAMA, 2001). Em 1992, os Ministérios do Meio Ambiente, da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia instituíram o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA. Na perspectiva de cumprir suas determinações e na qualidade de executor da política nacional de meio ambiente, o IBAMA elaborou diretrizes para a implementação do PRONEA. Incluiu a educação ambiental no processo de gestão ambiental, o que a torna presente em quase todas as suas áreas de atuação (IBAMA, 1996). Já o Ministério da Educação elaborou em 1997 uma nova proposta curricular conhecida como Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, onde a dimensão ambiental passa a ser um tema transversal nos currículos básicos do ensino fundamental (de 1ª a 9ª ano). Ao permear todas as disciplinas, a educação ambiental integra questões socioambientais de forma ampla e abrangente (MEC, 2000). A culminância do reconhecimento de sua importância se deu em abril de 1999, quando a educação ambiental passou a contar com a Lei nº 9795/99, que a oficializa como área essencial e permanente em todo processo educacional do país. Está embasada no artigo 225, inciso VI da Constituição Federal de 1988, que menciona a responsabilidade, individual e coletiva da sociedade na implementação e prática da educação ambiental. A Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela lei reconhece o dever de defender e preservar o meio ambiente para os presentes e futuras gerações e estimula a participação de toda a sociedade para assumir responsabilidades em sua implantação (MEC, 2000). Educação ambiental é, sem dúvida, um dos meios mais indicados para se resgatar valores que incluem o respeito pela diversidade cultural e biológica, fundamentais para a conservação e para um convívio harmônico entre diferentes culturas, entre essas e a natureza (Pádua, 2009).

OBJETIVOS

O objetivo do presente estudo foi investigar a importância da participação social e educação ambiental dentro de um processo de gestão ambiental na referida região.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido junto à comunidade ribeirinha do município de Caravelas, incluindo moradias e as três escolas presentes no local. Realizou-se um estudo de abordagem quantitativa e qualitativa com entrevistas. Esta última, centrada na análise de conteúdo conforme a descrição de Laurant Bardin (1988) e Gil (1999), mantendo a observação participante para o registro do cotidiano ambiental onde os ribeirinhos estão inseridos. Nesta perspectiva, a demonstração da responsabilidade socioambiental, satisfação, do cansaço, irritação, os longos períodos de sedentarismo, ou não, e silêncio podem ser observáveis. Nas escolas houve a realização de trabalhos coletivos onde os alunos, professores e pais ribeirinhos pudessem se expressar.

RESULTADOS

A base alimentar de toda a população são as ostras *Crassostrea rhizophorae*, amejas *Lucina pectinata*, sururus *Mytella charruana*, bagre e tainha *Mugil spp.* O índice de analfabetismo nas regiões ribeirinhas chega a 62,7%, 14,4% não possui banheiro em casa e 30,7% não possui fossa. 89% dos estudantes acordam às 4h para ir à escola, e não se alimentam ao sair de casa. Dos 8 professores, apenas 1 possui residência próxima à escola. O acesso a todas as escolas se dá através de barco e todas as salas de aula são multisseriadas. Poucos pais participaram das atividades. Os participantes demonstraram interesse em falar sobre o ambiente no qual residem e criticaram os vizinhos que não respeitam a época do defeso.

DISCUSSÃO

Tanto pais como alunos são desprovidos de condições básicas à sobrevivência, incluindo alimentação baseada em monodieta. Os pais são vistos como “invisíveis” na participação social, pois nunca são consultados nas decisões locais. Quando são solicitados, alguns se mostram disponíveis enquanto que outros demonstram estranheza. Nas escolas a alimentação é baseada em biscoitos de água e sal. As crianças e professores já chegam cansados às suas respectivas escolas, diminuindo o rendimento das aulas. Fica clara a dispersão dos estudantes. As condições de trabalho dos professores são precárias. No geral, a condição social é incerta e excludente, o que dificulta a participação fundamental dos moradores ribeirinhos no processo de gestão local.

CONCLUSÃO

Faz-se necessário ampliar a participação social, através de projetos de educação ambiental, em toda a gestão ambiental realizada na região de Caravelas, uma vez que a mesma se encontra desprovida de atividades que promovam a inserção comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. 1988. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

GIL, A. C. 1999. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas. 206 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. 2001. Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental, APA/ - Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Brasília: IBAMA.

IBAMA. 1996. Diretrizes para a Implementação do PRONEA. Série Meio Ambiente em Debate 09. Brasília: IBAMA.

MEC, 2000. Política Nacional De Educação Ambiental. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Texto

elaborado para Programa Salto para o Futuro – TV Escola.

MOCHEL, F. R. 1995. Endofauna do Manguezal. São Luis: EDUFMA.

PADUA, S. M. 2004. A importância da educação ambiental na proteção da biodiversidade do Brasil. Revista do Ministério das Relações Exteriores: 50-55.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; SOARES, M. L. G.; NASCI-MENTO, S. A. 2002. Estudo técnico de caracterização do ecossistema manguezal. Brasília, DF: Ministério Público Federal - Procuradoria Geral da República, 4ª Câmara de Coordenação e Revisão - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. 26p.

Agradecimento

(Agradecemos ao CEPENE/ IBAMA - Caravelas, através do Projeto Manguezal, à secretaria Municipal de Educação da cidade de Caravelas e à Zezinho, muito mais do que o barqueiro, se fazendo presente em todas as atividades).